serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária, da seguinte forma: I - Para curta-metragem, conforme Anexo VII.

II - Para longa-metragem, conforme Anexo VIII.

8.2 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

8.3 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

8.4 O valor do projeto não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.1 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar: I - Recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto; e especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas:

a) Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

b) Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais.

9.2 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.3 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.2 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - For inaplicável em razão das características do objeto cultural.

II - Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.4 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os proponentes contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.1 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I - Sempre que possível, exposições com interação popular por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, em intervalos regulares.

II - Encaminhar à SECULT, uma cópia em pen drive para curtas-metragem e em HD para longas-metragens e obras seriadas, que passarão a compor o acervo do Museu da Imagem do Som do Pará - MIS, para preservação.

10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por Comissão de Seleção e divulgação dos selecionados.

II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no item 14 e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de Mérito Cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo:

a) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 19 (dezenove) propostas de Desenvolvimento de Projetos.

b) 05 (cinco) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 60 (sessenta) projetos de Curta-Metragem iniciante.

c) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 20 (vinte) projetos de Curta-Metragem Ficção.

d) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 30 (trinta) projetos de Curta-Metragem Documentário.

e) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 10 (dez) projetos de Curta-Metragem Animação.

f) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 6 (seis) projetos de Longa Metragem Ficção.

g) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 6 (seis) projetos de Longa Metragem Documentário.

h) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 3 (três) projetos de Obra Seriada Ficção.

i) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 6 (seis) projetos de Obra Seriada Documentário.

j) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 2 (dois) projetos de Obra Seriada de Animação.

k) 03 (três) pareceristas com experiência e conhecimento em audiovisual de renome nacional, para seleção de 10 (dez) projetos de Finalização de Obras.

12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - Tenham interesse direto na matéria;

II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto, faça parte da equipe técnica do projeto, ou tenham vínculo com a empresa ou pessoa física proponente ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.5 O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.

12.8 Os recursos deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.09 Os recursos devem ser encaminhados através do e-mail recursoaudiovisualpppara@gmail.com, de 00h do dia 17/11/2023 até as 17h do dia 20/11/2023.

12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no Mapa Cultural e no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

I - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

II - Certidão negativa de débito relativa ao crédito tributário estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda do Pará (SEFA).

III - Dados bancários da conta corrente vinculada ao CPF. Não serão aceitos dados bancários de terceiros e nem de conta conjunta.

14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponente:

I - Pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - Pertencente à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça Estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

II - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União;

III - Certidão negativa de débito estadual - Emitida pela SEFA/PA;

IV - Certidão negativa municipal, expedidas pelas Secretarias Municipais de Finanças;

V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

VII - Dados bancários da conta corrente vinculada ao CNPJ. Não serão aceitos dados bancários de outros CNPJs, nem de CPFs.

14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado à SECULT/PA, através do email recursoaudiovisualpppara@gmail.com de 00h do dia 12/12/2023 até as 17h do dia 15/12/2023.

14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.